

**Análise dos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo no Brasil no período de 2003 a 2019.**

**Giovana Miras Bosco<sup>1</sup>**  
**Katherine Ap. dos Santos Silva<sup>2</sup>**  
**Renata Kazys de Oliveira<sup>3</sup>**  
**Prof. Dr. Glauber Eduardo de Oliveira Santos<sup>4</sup>**

**Resumo**

O presente estudo apresenta como problemática os fatores inerentes à gestão federal do turismo no Brasil. Fatores estes, tidos como políticas públicas, os quais constituem a transferência de recursos públicos para o desenvolvimento do setor, através do instrumento denominado convênios, celebrados entre o Ministério do Turismo e os estados e municípios. Tendo em vista a importância do conhecimento e da transparência na gestão dos recursos públicos em qualquer área da economia, o presente estudo procura analisar as informações referentes aos convênios celebrados pelo Ministério do Turismo, em um recorte longitudinal definido de 16 anos, considerando o período de 2003 a 2019, através de um banco de dados disponibilizados pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) da união federativa. O estudo, de caráter preliminar, possui natureza descritiva e analisa os convênios executados nesse período por: valor do convênio, estado de destino, tipo de objeto e mandatos presidenciais e ministeriais. O percentual do valor destinado de 2003 a 2019 por estado; A atuação dos Presidentes da República e dos Ministros do turismo na aprovação dos convênios e a devida variação entre os estados brasileiros. A partir da análise das informações disponibilizadas no portal Transparência, identificou-se que foram firmados um total de 37.529 convênios ao longo de 16 anos de criação do Mtur, os quais contabilizaram um montante de mais de 11 bilhões de reais em recursos liberados para a execução de projetos de desenvolvimento do turismo para diferentes regiões do Brasil. Dentre os resultados, destacou-se a influência dos mandatos dos presidentes na destinação dos convênios para determinadas regiões brasileiras. Notou-se também que conforme o governo, alguns Estados Brasileiros tiveram maior volume de repasses, enquanto que

<sup>1</sup> Aluna especial - Mestrado em Turismo. USP EACH. <http://lattes.cnpq.br/4146341273902127>. E-mail: boscogiovana@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Turismo. USP EACH. <http://lattes.cnpq.br/4765991260652581>. E-mail: katherine.silvasp@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Turismo. USP EACH. <http://lattes.cnpq.br/3186494567797259>. E-mail: renata.kazys.oliveira@usp.br

<sup>4</sup> Professor Orientador. USP. [glauber.santos@usp.br](mailto:glauber.santos@usp.br)

outros, porém, não obtiveram valores representativos por convênios celebrados. Outro fator observado se deu conforme a origem do ministro, ou seja, por naturalidade ou por sua base política ou profissional, verificou-se uma maior aprovação de convênios a determinados estados. E ainda que, a medida que o ministro segue no cargo por mais tempo, ocorre uma melhor estruturação dos programas e que mais projetos são contemplados em seu estado de origem. Por objeto dos convênios detectado, elaborou-se uma nuvem de palavras com os termos mais frequentemente utilizados, observando-se a maior aplicação para obras, em detrimento de serviços. Como dito, este artigo mostra-se como um estudo preliminar que busca analisar as informações disponibilizadas institucionalmente a fim de prosseguir com futuras análises decorrentes deste primeiro resultado.

**Palavras-chave:** políticas públicas de turismo; ministério do turismo; gestão pública do turismo; convênios. Desenvolvimento do turismo.